



100% ON-LINE

A Contabilidade e as
Novas Tecnologias

10º Congresso UFSC de Controladoria e Finanças
10º Congresso UFSC de Iniciação Científica em Contabilidade
3º UFSC International Accounting Congress

7 a 9 de setembro



Mapeamento do ativo intangível nas companhias de capital aberto brasileiras: uma análise no nível de evidenciação e na representatividade

Francine Dorvalina da Cunha
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)
E-mail: francine.dorvalina@gmail.com

Maíra Melo de Souza
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)
E-mail: mairameloufsc@gmail.com

Resumo

Os ativos intangíveis são os bens incorpóreos de uma organização, e sua correta evidenciação é importante para representar seu valor no mercado. Esta pesquisa tem como objetivo verificar a natureza, o nível de evidenciação e a representatividade dos ativos intangíveis das companhias de capital aberto brasileiras. Para atingir o objetivo deste estudo, foi elaborado uma lista de verificação de acordo com os itens exigidos pelo CPC 04 (R1) e CPC 15 (R1) para obter o nível de evidenciação da amostra analisada. Foram examinadas as notas explicativas, referentes ao exercício social de 2019, de uma amostra composta por 295 companhias listadas na Bolsa de Valores Brasil, Bolsa e Balcão (B3). Os resultados demonstraram um nível de evidenciação médio de 61,43% para os ativos intangíveis identificáveis e 58,68% para o *goodwill*. Já o percentual de representatividade dos bens incorpóreos na amostra chega a 99,32% nos identificáveis e 41,35% no *goodwill*, apesar disso, o *goodwill* apresentou o maior valor médio quando comparado a média de valores dos identificáveis. No que concerne a representatividade do intangível em relação ao valor do ativo total, as médias dos intangíveis identificáveis são de 12,28% e do *goodwill* 10,08%, sugerindo que apesar de ter uma média geral de evidenciação superior a 50%, os intangíveis ainda possuem pouca representatividade média quando comparados ao ativo total. Em relação a natureza dos ativos existentes na amostra, os encontrados em maior quantidade foram os *softwares* (45%) e os ágios (*goodwill*) (41%).

Palavras-chave: Ativo intangível; CPC 04 (R1); *Goodwill*; CPC 15 (R1); Evidenciação contábil.

Linha Temática: Contabilidade Financeira.



ORGANIZAÇÃO



APOIO





100% ON-LINE

A Contabilidade e as
Novas Tecnologias

10º Congresso UFSC de Controladoria e Finanças
10º Congresso UFSC de Iniciação Científica em Contabilidade
3º UFSC International Accounting Congress

7 a 9 de setembro



1 INTRODUÇÃO

A contabilidade se faz necessária em todas as organizações sendo a principal responsável em transformar dados em informações úteis e fidedignas para seus usuários, auxiliando principalmente na tomada de decisão. No entanto, essas informações não se resumem apenas no seu valor tangível, os intangíveis contribuem tanto para o aumento no valor de mercado como podem proporcionar vantagem competitiva (Hendriksen & Breda, 1999).

O estudo dos intangíveis tem se intensificado e isso não implica na perda de notabilidade dos tangíveis (Kayo, 2002). De acordo com Perez e Famá (2006), existe uma constante mudança na ênfase do ativo tangível para o intangível, o que demonstra a importância dos intangíveis nas organizações.

Nessa concepção, Lev (2001) afirma que o crescente interesse pelos ativos intangíveis tem relação com as competições entre empresas e o desenvolvimento das tecnologias de informação. Conforme Meneses, Ponte e Mapurunga (2013) diante do aumento no volume de empresas, os órgãos reguladores passaram a se preocupar com a evidenciação dos intangíveis.

De acordo com Moura, Fank e Varela (2012), a alteração na legislação societária brasileira iniciada pela Lei n.º 11.638/2007 e normatizada pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) trouxe melhores entendimentos dos ativos intangíveis. A primeira versão emitida pelo CPC do pronunciamento contábil sobre intangíveis foi o CPC 04, sendo posteriormente revisada para versão CPC 04 (R1), tal norma trata dos critérios de mensuração, reconhecimento, evidenciação a serem observados sobre os ativos intangíveis.

De acordo com o CPC 04 R1 (2010) o ativo intangível é um ativo não monetário identificável sem substância física. Neste entendimento, Viceconti e Neves (2013) afirmam que apesar de não possuírem existência física os intangíveis são indispensáveis aos objetos da empresa nas quais, os valores residem em direito de propriedade que são legalmente de seus possuidores.

Diante deste cenário, Dionízio (2016) afirma que a adequada evidenciação dos ativos intangíveis contribui para refletir a real situação da entidade, demonstrando claramente os resultados para usuários que necessitam desta informação para tomada de decisão. Em complemento, Meneses *et al.* (2013) ressaltam que, fazer uma divulgação adequada para atender a esses usuários acarreta na redução de assimetria informacional, proporcionando maior credibilidade dos gestores e aumento do valor da empresa.

Com o aumento da utilização dos bens não corpóreos para geração de valor, foram realizadas várias investigações acerca desta temática a exemplo pode-se citar Peres e Famá (2006) que analisaram o impacto da não contabilização dos intangíveis no desempenho empresarial no qual, foi constatado que são estes ativos os principais responsáveis pela geração de valor para as organizações.

Devido aos constantes aumento nas empresas que vem se baseando nos ativos intangíveis para criação de valor, esse estudo busca responder a seguinte questão: Qual a natureza, o nível de evidenciação e a representatividade dos ativos intangíveis das empresas de capital aberto brasileiras? O objetivo desta pesquisa é identificar a natureza, o nível de evidenciação e a representatividade dos ativos intangíveis das companhias de capital aberto brasileiras.

Segundo D'Agosto (2019), em notícia publicada no jornal Valor Investe de 22/02/2019, na economia moderna o investimento em ativo intangível está cada vez mais atrelado a vantagem competitiva das organizações, nas quais bens corpóreos tais como, prédios e veículos, apesar de



100% ON-LINE

A Contabilidade e as
Novas Tecnologias

10º Congresso UFSC de Controladoria e Finanças
10º Congresso UFSC de Iniciação Científica em Contabilidade
3º UFSC International Accounting Congress

7 a 9 de setembro



serem de grande importância, já não causam grande impacto entre os empreendimentos. O fato exposto mostra que o tema é relevante e atual, possuindo importância de cunho social e econômico.

Nesta concepção, as pesquisas abordando intangíveis continuam sendo necessárias, principalmente quando apresentam o tema sob diferentes formas e em diferentes setores. Os estudos de Ritta (2010), Moura, Frank e Varela (2012), Pacheco, Rover e Vicente (2018) e Pinto, Santos, Vitor, Santos & Silva (2019) permitem uma compreensão sobre o tema, além de reforçar a importância do entendimento das práticas contábeis relacionadas aos ativos intangíveis.

A presente pesquisa acrescenta em relação a estudos já realizados, visto que contempla a análise da representatividade e da evidenciação em conjunto, analisando o ano de 2019, bem como demonstrando um mapeamento completo dos ativos intangíveis existentes nas companhias de capital aberto brasileiras, incluindo o *goodwill*.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 ATIVOS INTANGÍVEIS

Encontrar uma definição de ativo intangível é uma das áreas mais complexas da teoria da contabilidade, e os principais motivos dessa afirmação, são as incertezas a respeito da mensuração de seus valores e estimativa de sua vida útil (Hendriksen & Breda, 1999). Para Upton (2001), os ativos intangíveis são recursos não físicos existentes dentro de uma organização excetuando os ativos monetários e tangíveis.

Essa temática é de grande importância na criação de valor em uma organização, de acordo com Kayo, Kimura, Martin e Nakamura (2006), a formação de valor econômico de empresas baseado nos intangíveis tem aumentado, e isso se dá pelo crescimento do índice do valor de mercado sobre o valor contábil. Perez e Famá (2006) complementam que a não identificação dos intangíveis nas demonstrações financeiras pode causar uma discordância entre o patrimônio dos investidores e o valor de mercado.

A norma que trata dos ativos intangíveis é o CPC 04 (R1), desde que esses não possuam outro pronunciamento específico. Para que sejam reconhecidos, os bens incorpóreos devem proporcionar benefícios econômicos futuros gerados em favor da entidade e o seu custo deve ser evidenciado com confiabilidade (CPC 04 R1, 2010).

No que tange a mensuração, alguns dos ativos intangíveis possuem vida útil definida, sofrendo amortização, e outros possuem vida útil indefinida, no qual passam por testes no valor recuperável (*impairment test*) a cada ano (Marques, Santos & Gouveia, 2011).

Para constatar um intangível, Souza e Borba (2017) afirmam que uma característica essencial, com base no CPC 04 (R1), é a exigência de sua identificação. O intangível que não se enquadra nessa concepção é o resultante de uma combinação de negócios, chamados de ágio derivado da expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*).

O CPC 15 (R1, 2011) define o *goodwill* como um intangível adquirido resultante de combinação de negócios que não pode ser reconhecido e identificável separadamente, o que acaba o diferenciando dos outros ativos intangíveis. Em complemento, Souza (2015) afirma que o *goodwill* ocorre quando em uma combinação de negócios o adquirente paga um valor superior pelo patrimônio líquido a valor justo da empresa adquirida, e não consegue identificar para reconhecer individualmente, nesta situação esse valor será reconhecido com uma expectativa de rentabilidade



100% ON-LINE

A Contabilidade e as
Novas Tecnologias

10º Congresso UFSC de Controladoria e Finanças
10º Congresso UFSC de Iniciação Científica em Contabilidade
3º UFSC International Accounting Congress

7 a 9 de setembro



futura (*goodwill*) existente no momento da aquisição.

Percebe-se que o *goodwill*, apesar de não estar no escopo do CPC 04 (R1), é um ativo intangível que traz grande valor para as organizações e o fato de conter características próprias faz com que seja de difícil mensuração por conta de sua subjetividade e de sua avaliação não conter uma forma específica (Squena & Pasuch, 2010).

Em virtude do exposto nesta pesquisa sobre intangíveis, o *goodwill* é contemplado na análise. Upton (2001) salienta a importância do reconhecimento e evidenciação dos ativos intangíveis, tanto os identificáveis como os não identificáveis, como característica essencial para nova economia.

Diante do exposto, depreende-se que os ativos intangíveis são de grande valor para as organizações e a sua correta evidenciação é de suma importância. Com isso, o tópico a seguir irá abordar os principais conceitos sobre a evidenciação contábil.

2.2 EVIDENCIAÇÃO CONTÁBIL (*DISCLOSURE*)

A elaboração de relatórios financeiros que fornecem informações úteis aos seus usuários foi sempre uma preocupação dos órgãos normalizadores. Nessa perspectiva, quando as informações contábeis são evidenciadas de forma clara, objetiva e completa, possibilita um maior grau de segurança para tomada de decisão (Malacrida & Yamamoto, 2006).

Ponte e Oliveira (2004) acreditam que as organizações podem adotar qualquer tipo de evidenciação, porém as informações fornecidas devem ser em quantidade e de qualidade, sempre atendendo as necessidades dos usuários das demonstrações.

A este respeito, Iudícibus (1997) alerta que camuflar as informações, fornecê-las de forma reduzida, ou em excesso, acaba tornando prejudicial, sendo necessário ter um discernimento acerca das informações que precisam ser divulgadas.

A adequada evidenciação contábil das informações é importante em vários âmbitos, Souza, Albuquerque, Anjos e Rodrigues (2017) salientam que no mercado de capitais a divulgação do relatório contábil é essencial para seu funcionamento, e um dos maiores riscos nessas transações é a assimetria informacional.

A assimetria informacional acontece quando alguns agentes econômicos possuem mais informações do que outros, tendendo a ocorrer conflitos de interesse (Belo & Brasil, 2006). Com isso, Martinez (2001), alerta que se tratando de assimetria de informações é inevitável o risco de que os resultados mencionados pela gestão não sejam conforme os usuários da informação esperam. Nesse ambiente, a transparência contribui na mitigação da assimetria informacional.

No que compete ao intangível, Antunes, Leite e Guerra (2007), corroboram a ideia de que existe uma nova percepção no mercado e as organizações que evidenciarem estes ativos serão mais valorizadas. Segundo Marques *et al.* (2011), “o valor da transparência contábil passa pela evidenciação do intangível”. Backes (2005) complementa afirmando que, a sua correta divulgação diminui as distorções da realidade financeira da empresa.

Se tratando da evidenciação contábil dos intangíveis identificáveis, o CPC 04 (R1) é a norma responsável, na qual são apresentados os métodos de mensuração e divulgação desses ativos. Em uma pesquisa realizada sobre este tema, Avelino, Pinheiro e Lamounier (2012) verificaram que as empresas com maior conformidade quanto ao *disclosure* obrigatório dos intangíveis e com maior proporção de tais ativos em seu ativo fixo foram as que apresentaram melhores práticas de



100% ON-LINE

A Contabilidade e as
Novas Tecnologias

10º Congresso UFSC de Controladoria e Finanças
10º Congresso UFSC de Iniciação Científica em Contabilidade
3º UFSC International Accounting Congress

7 a 9 de setembro



governança corporativa.

Referente a divulgação dos intangíveis não identificáveis, Souza (2015) realizou um estudo sobre a *disclosure* das combinações de negócios e do *goodwill* e obteve como resultado um nível baixo de evidenciação das informações por parte das companhias de capital brasileiras, no qual se torna insuficiente para uma adequada percepção dos métodos utilizados e ativos adquiridos.

Percebe-se que algumas pesquisas relatam deficiências na divulgação tanto dos intangíveis identificáveis como do *goodwill* (intangível não identificável), nesta concepção, Alves, Behr e Raimundini (2012) salientam que apesar do importante papel dos ativos intangíveis dentro das organizações, a maioria das empresas não divulgam informações referentes a tais ativos.

Conforme apresentado neste tópico, a correta evidenciação dos ativos intangíveis tende a valorizar as organizações além de trazer segurança aos usuários das informações apresentadas. Em complemento, o tópico a seguir irá tratar de estudos similares realizados anteriormente.

2.3 ESTUDOS SIMILARES

A escolha dos estudos realizados anteriormente se deu por pesquisas constantes na base de dados *Scientific Periodicals Electronic Library* (SPELL), Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e Google Acadêmico. Para levantamento, foram utilizadas as seguintes palavras-chave: Ativo Intangível, CPC 04 (R1), *Goodwill*, CPC 15 (R1), Evidenciação Contábil. Na Tabela 1 estão relacionados os estudos semelhantes, nacionais e internacionais, resultantes da busca realizada conforme os critérios definidos.

Tabela 1 - Pesquisas anteriores

Autores	Objetivo e período analisado	Resultados
Antunes, Leite e Guerra (2007)	Avaliar os fatores que influenciam a evidenciação de ativos intangíveis de empresas familiares listadas na BM&Fbovespa no período de 2010 a 2012.	Os resultados deste estudo apontaram, que quanto maior é a empresa, maior é o índice de evidenciação de ativos intangíveis, e esse valor cresce de acordo com o crescimento da organização.
Moura, <i>et al.</i> (2012)	Verificar quais itens compõem os ativos intangíveis evidenciados no balanço patrimonial das empresas de energia elétrica, participantes do Nível 1, 2 e Novo Mercado da BM&Fbovespa, no período de 2006 a 2008.	Os autores observaram um aumento no número de empresas que evidenciaram o item ativo intangível, assim como os percentuais de participação deste ativo em relação ao ativo fixo ocasionado, principalmente, por reclassificações e novos investimentos.
Meneses, Ponte e Mapurunga (2013)	Verificar se há associação entre a divulgação de informações acerca dos ativos intangíveis e as características das companhias listadas na BM&Fbovespa no exercício de 2009.	O estudo possibilitou constatar que pertinente aos ativos intangíveis, o valor contábil, o valor amortizado, os métodos e as vidas úteis são os elementos mais frequentemente divulgados pelas companhias.
Dionízio (2016)	Verificar o nível de evidenciação dos ativos intangíveis e sua relação com as características de 36 empresas listadas nos vários setores da BM&FBOVESPA no exercício social de 2015.	Verificou-se que das 36 empresas analisadas, 19 delas apresentaram todas as informações em conformidade com o CPC 04, ou seja, as empresas de modo geral adequaram-se às normas exigidas pelos órgãos reguladores.



100% ON-LINE

A Contabilidade e as
Novas Tecnologias

10º Congresso UFSC de Controladoria e Finanças
10º Congresso UFSC de Iniciação Científica em Contabilidade
3º UFSC International Accounting Congress

7 a 9 de setembro



Pacheco <i>et al.</i> (2018)	O objetivo da pesquisa foi verificar a influência do nível de evidenciação do ativo intangível (NEAI) na <i>value relevance</i> de companhias de capital aberto brasileiras.	Os resultados apontaram um nível de evidenciação médio e que o nível de evidenciação dos intangíveis influencia na <i>value relevance</i> .
Pinto <i>et al.</i> (2019)	O presente estudo teve por objetivo analisar o nível de aderência às exigências de evidenciação obrigatórias do ativo intangível, conforme a IAS 38 (<i>International Accounting Standards</i>) e suas traduções, CPC 04 (Comitê de Pronunciamento Contábil) no Brasil e NCRF 6 (Normalização Contabilística de Relato Financeiro) em Portugal	Os autores constaram que todos os setores analisados atenderam, pelo menos, mais da metade dos itens exigidos pela norma de ativos intangíveis, porém, nenhum deles atendeu plenamente aos requisitos requeridos pela norma.

Fonte: Elaborado pelos autores.

No que tange aos resultados obtidos, nos estudos anteriores demonstrado na Tabela 1, é possível notar que existe um crescimento, por parte das organizações, em evidenciar os ativos intangíveis nas demonstrações contábeis. Apesar disso, ainda foram relatadas algumas deficiências na evidenciação. Outro fator observado nas pesquisas é que quanto maior a organização maior é o seu índice de evidenciação.

3 METODOLOGIA DA PESQUISA

3.1 DELINEAMENTO DA PESQUISA

Quanto aos objetivos, a presente pesquisa é classificada como descritiva pois, além descrever o nível de evidenciação dos ativos intangíveis, ela tem como foco definir o comportamento deste grupo nas empresas de capital aberto brasileiras. Se tratando da abordagem do problema, este estudo se enquadra como qualitativa uma vez que, para transformar os dados coletados destas companhias em informações foi necessário organização, interpretação e apresentação do resultado (Gil, 2002).

No que diz respeito a obtenção de dados, a pesquisa enquadra-se como documental visto que as informações utilizadas foram obtidas das notas explicativas das organizações de capital aberto brasileiras. O ano analisado nesta investigação foi 2019.

3.2 INSTRUMENTO DE PESQUISA

Este tópico está dividido em dois subtópicos, no qual será abordada a maneira pela qual foi elaborada a lista de verificação para mensuração do nível de evidenciação dos ativos intangíveis, bem como o cálculo de sua representatividade na amostra da pesquisa.

3.2.1 Instrumento de pesquisa para análise da evidenciação dos ativos intangíveis

Com o intuito de atender ao objetivo desta pesquisa, foram elaboradas duas listas de



100% ON-LINE

A Contabilidade e as
Novas Tecnologias

10º Congresso UFSC de Controladoria e Finanças
10º Congresso UFSC de Iniciação Científica em Contabilidade
3º UFSC International Accounting Congress

7 a 9 de setembro



verificação, a primeira com base nos requisitos de divulgação do CPC 04 (R1), para os intangíveis em geral (exceto *goodwill*), já a segunda com foco no CPC 15 (R1) que trata do *goodwill*. A Tabela 2 apresenta a lista de verificação aplicada nas companhias de capital aberto brasileiras que atendem aos requisitos de divulgação do CPC 04 (R1).

Tabela 2 - Lista de Verificação

Lista de verificação para mensuração da evidenciação dos ativos intangíveis com base no CPC 04 (R1)

1. Informações agrupadas em uma única nota explicativa.
2. Natureza do intangível.
3. Os intangíveis são separados por classe.
4. Vida útil definida ou indefinida, se definida, os prazos de vida útil ou as taxas de amortização utilizados.
5. Os métodos de amortização utilizados para os ativos intangíveis com vida útil definida.
6. O valor contábil bruto e eventual amortização acumulada (mais as perdas acumuladas no valor recuperável) no início e no final do período.
7. A conciliação do valor contábil no início e no final do período demonstrando: Adições, indicando separadamente as que foram geradas por desenvolvimento interno e as adquiridas, bem como as adquiridas por meio de uma combinação de negócios.
8. A conciliação do valor contábil no início e no final do período demonstrando: qualquer amortização reconhecida no período.
9. A conciliação do valor contábil no início e no final do período demonstrando: variações cambiais líquidas geradas pela conversão das demonstrações contábeis para a moeda de apresentação e de operações no exterior para a moeda de apresentação da entidade.
10. A conciliação do valor contábil no início e no final do período demonstrando outras alterações no valor contábil durante o período.
11. Reversão de perda por desvalorização de ativos, apropriada ao resultado do período, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos (se houver).

Fonte: Elaborado pelos autores com base no CPC 04 (R1).

Já a Tabela 3 apresenta a lista de verificação utilizada nas organizações que possuem *goodwill*, levando em conta o CPC 15 (R1).

Tabela 3 - Lista de verificação

Lista de verificação para mensuração da evidenciação dos ativos intangíveis com base no CPC 15 (R1)

1. Natureza do *goodwill* adquirido.
2. Data da aquisição do *goodwill*.
3. Informações sobre a realização do teste no valor recuperável (*impairment test*) do *goodwill*.
4. Expectativa quanto aos benefícios que serão obtidos com o *goodwill*.
5. O valor total do ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*) que se espera que seja dedutível para fins fiscais.

Fonte: Elaborado pelos autores com base no CPC 15 (R1).

As duas listas de verificação apresentadas, são a base central para avaliar o nível de evidenciação dos ativos intangíveis nas empresas componentes da amostra.

3.2.2 Técnicas para verificação da representatividade dos ativos intangíveis



ORGANIZAÇÃO



APOIO





100% ON-LINE

A Contabilidade e as
Novas Tecnologias

10º Congresso UFSC de Controladoria e Finanças
10º Congresso UFSC de Iniciação Científica em Contabilidade
3º UFSC International Accounting Congress

7 a 9 de setembro



Para análise da representatividade foi calculado o valor do intangível em relação ao total do ativo em cada uma das companhias da amostra. De posse as informações pertinentes a representatividade dos ativos intangíveis, foi possível analisar sua relação com o nível de evidenciação e o setor de atuação das companhias analisadas.

3.3 PROCEDIMENTOS DE PESQUISA

Para medir o índice de evidenciação nas companhias da amostra, foi atribuído 1 para os itens evidenciados, 0,50 para divulgações realizadas de forma incompleta, 0 para itens não evidenciados e NA (não aplica) nos casos em que ela afirmar que não possui determinada situação. Essa metodologia foi adotada com base em Marcelino e Souza (2018), que para mensuração do índice de evidenciação foi feita a soma total dos itens divulgados pela companhia, dividido pelo número total de itens da lista de verificação, subtraído dos itens que receberam NA, conforme demonstrado na fórmula a seguir:

$$\text{Índice de Evidenciação} = \frac{\text{Soma dos itens divulgados}}{\text{Total de itens da lista} - \text{NA}}$$

Após obter os índices de evidenciação calculados para cada uma das companhias existentes na amostra, foi possível observar sua relação com a representatividade das ativos intangíveis. Também foi realizada uma análise comparativa por setor de atuação, visando identificar se os resultados diferem conforme o setor analisado.

Além disso, para responder de modo completo o objetivo desta pesquisa, foi observada a natureza (tipos, vida útil) dos ativos intangíveis existentes nas companhias da amostra, permitindo demonstrar um mapeamento. A fonte de coleta dos dados foram as notas explicativas referentes ao ano de 2019.

3.4 AMOSTRA DE PESQUISA

Foram analisadas todas as companhias de capital aberto brasileiras listadas na Bolsa de Valores Brasil, Bolsa Balcão (B3), com exceção das instituições financeiras. O motivo da exclusão das instituições financeiras é o fato do Banco Central (BACEN), órgão regulador deste setor, não ter adotado o CPC 15 (R1) até o presente momento, como a pesquisa contempla o *goodwill*, a não adoção nas instituições financeiras inviabilizaria a análise da evidenciação neste setor.

Em 26/05/2019 havia um total de 414 companhias listadas na B3, deste total foram excluídas 82 instituições financeiras além de 37 outras companhias que não possuíam intangível ou por não apresentarem os demonstrativos necessários, restando 295 companhias para análise na presente pesquisa. A Tabela 4 demonstra a amostra de empresas por setor.



100% ON-LINE

A Contabilidade e as
Novas Tecnologias

10º Congresso UFSC de Controladoria e Finanças
10º Congresso UFSC de Iniciação Científica em Contabilidade
3º UFSC International Accounting Congress

7 a 9 de setembro



Tabela 4 - Amostra de pesquisa por setor de atuação conforme B3

Setor	Quantidade
Bens industriais	64
Comunicações	6
Consumo Cíclico	74
Consumo não Cíclico	26
Materiais Básicos	28
Outros	2
Petróleo, Gás e Combustíveis	09
Saúde	17
Tecnologia da Informação	7
Utilidade Pública	62
Total	295

Fonte: Elaborado pelos autores.

Na Tabela 4 é possível verificar que a amostra desta investigação é composta por 295 companhias, divididas em 10 setores diferentes, conforme classificação da B3.

4 RESULTADOS DA PESQUISA

Diante da amostra definida, foi realizado um exame da evidenciação nas notas explicativas das companhias selecionadas, nos quais buscou-se identificar características que pudessem demonstrar alguma tendência de associação com o nível de evidenciação do ativo intangível mensurado a partir das listas de verificação. A Tabela 5 demonstra as médias dos níveis de evidenciação calculados por setor de atuação.

Tabela 5 – Média de evidenciação dos intangíveis por setor de atuação

Setor de Atuação	Quantidade	Representatividade	Média Evidenciação
Bens Industriais	64	21,69%	61,58%
Comunicações	6	2,03%	56,82%
Consumo Cíclico	74	25,08%	60,50%
Consumo não Cíclico	26	8,81%	64,69%
Materiais básicos	28	9,49%	50,16%
Outros	2	0,68%	0,00%
Petróleo, Gás e Combustíveis	9	3,05%	70,20%
Saúde	17	5,76%	69,25%
Tecnologia da informação	7	2,37%	73,38%
Utilidade pública	62	21,02%	63,78%
Total	295	100%	

Fonte: Elaborado pelos autores.

Conforme apresentado na Tabela 5, o setor que obteve a maior média de evidenciação dos intangíveis foi o de Tecnologia da Informação chegando a uma média percentual de 73,38%, representado por 7 empresas. O segundo com maior média de divulgação foi o setor de Petróleo,



100% ON-LINE

A Contabilidade e as
Novas Tecnologias

10º Congresso UFSC de Controladoria e Finanças
10º Congresso UFSC de Iniciação Científica em Contabilidade
3º UFSC International Accounting Congress

7 a 9 de setembro



Gás e Combustível com 70,20%, formado por 9 companhias. Apesar de possuírem relevantes médias de evidenciação dos intangíveis, estas empresas possuem uma menor concentração em relação ao total da amostra no qual são detentoras de apenas 2,37% (7) e 3,05% (9) de representatividade.

Já os setores que possuem maior representatividade dentre as 295 companhias analisadas são os de: i) Consumo Cíclico (25,08%) com uma média de divulgação de 60,50%, ii) Bens Industriais (21,69%), com uma média de evidenciação de 61,58% e iii) Utilidade Pública (21,02%) com média de 63,68%. Apesar destes setores não terem atingido as maiores médias dos níveis de evidenciação, todos possuem média igual ou superior a 60% de evidenciação dos itens da lista de verificação.

Na amostra, o setor classificado pela B3 como “Outros”, é composto pelas empresas Cemepe Investimentos S.A e Minas Gerais Participações S.A. A sua representatividade é de apenas 0,68% (2/295), estas companhias não divulgaram nenhum item da lista de verificação, sua média de evidenciação é de 0%, sendo considerada insuficiente.

A média de evidenciação geral calculada na amostra é de 57,04%, esta porcentagem se aproxima do resultado encontrado no estudo realizado por Pacheco *et al.* (2018), no qual as empresas avaliadas por eles apontaram um nível de evidenciação geral de 62,93%.

A Tabela 6 apresenta, por setor de atuação, a soma dos valores totais do ativo intangível (organizado do maior para o menor) e suas respectivas médias setoriais.

Tabela 6 – Média de valores por setor

Sector de Atuação	Quantidade de Empresas	Total do Intangível (Em milhares de reais)	Média Valores (Em milhares de reais)
Utilidade pública	62	189.279.090	3.052.889
Bens Industriais	64	114.258.245	1.785.285
Consumo não Cíclico	26	110.320.460	4.243.095
Petróleo, Gás e Combustíveis	9	92.003.859	10.222.651
Materiais básicos	28	68.652.185	2.451.864
Tecnologia da informação	7	60.115.249	8.587.893
Comunicações	6	55.377.689	9.229.615
Consumo Cíclico	74	46.808.427	632.546
Saúde	17	28.588.137	1.681.655
Outros	2	74	37

Fonte: Elaborado pelos autores.

Como é possível constatar na tabela acima, os setores com maior valor de intangível são: i) Utilidade Pública, composto por 62 empresas e uma média de valores de R\$3.052.889, chegando a um intangível total de R\$189.279.090 de bens incorpóreos; ii) Bens Industriais, contendo 64 empresas chegando a um total de R\$114.258.245 de intangível e uma média de R\$1.785.285 por empresa; iii) Consumo não Cíclico, que detém 26 empresas com uma média de R\$ 4.243.095 totalizando R\$ 110.320.460 de intangível.

Estes setores se encontram em posições superior pelo fato de possuírem as maiores quantidades de empresas, fazendo com que o valor do seu ativo total seja elevado. Neste sentido, nota-se que em relação as médias setoriais dos ativos intangíveis, os maiores valores são



100% ON-LINE

A Contabilidade e as
Novas Tecnologias

10º Congresso UFSC de Controladoria e Finanças
10º Congresso UFSC de Iniciação Científica em Contabilidade
3º UFSC International Accounting Congress

7 a 9 de setembro



verificados nos setores de Petróleo, Gás e Combustível (R\$10.222.651), Comunicações (R\$9.229.615) e Tecnologia da Informação (R\$8.587.893), ressaltando que dois destes ramos (Tecnologia da informação e Petróleo, Gás e Combustíveis) também obtiveram as maiores médias de evidenciação, o que pode sugerir que setores que, em média, possuem altos valores no ativo intangível podem ter uma tendência a realizar um maior nível de evidenciação das suas informações.

O setor “Outros”, além de possuir uma média de evidenciação irrelevante também tem o menor valor de ativo intangível dentre os setores analisados, o que reforça a tendência observada no parágrafo anterior. Estes resultados corroboram com os achados de Antunes *et al.* (2007) que apontam uma maior evidenciação dos intangíveis de acordo com o valor do intangível e tamanho da organização.

A natureza dos intangíveis está apresentada na Figura 1, na qual retrata a representatividade dos intangíveis identificáveis e do *goodwill* por setores.

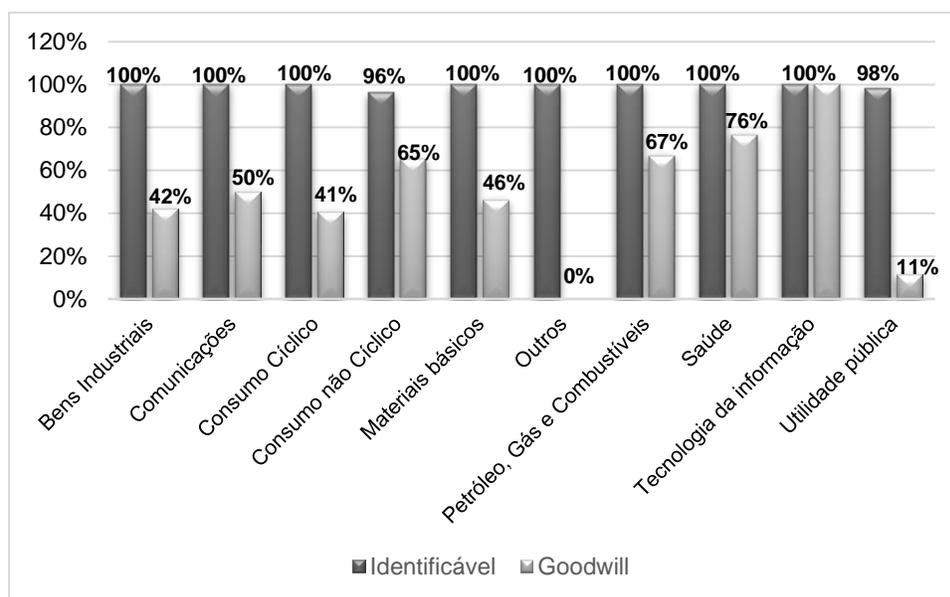


Figura 1 – Representatividade da natureza do intangível por setor
Fonte: Elaborado pelos autores.

É possível verificar na Figura 1 que a maior parte das empresas dos diferentes setores da amostra, exibiram em sua totalidade os intangíveis de natureza identificável em seus demonstrativos, com exceção do Consumo Não Cíclico e Utilidade Pública que 96% e 98% de suas empresas apresentaram algum tipo de bem incorpóreo desta natureza.

Apesar dos intangíveis estarem presentes em todos os setores, a mensuração e evidenciação do *goodwill* ainda está abaixo da média. Como é possível verificar, ele esteve superior à média apenas nos setores de Tecnologia da Informação (100%), Saúde (76%), Petróleo, Gás e Combustível (67%) e Consumo não Cíclico (65%).

A Tabela 7 permite verificar por natureza do intangível se existe diferença significativa entre a média de evidenciação dos intangíveis identificáveis e do *goodwill*.



100% ON-LINE

A Contabilidade e as
Novas Tecnologias

10º Congresso UFSC de Controladoria e Finanças
10º Congresso UFSC de Iniciação Científica em Contabilidade
3º UFSC International Accounting Congress

7 a 9 de setembro



Tabela 7 – Evidenciação e representatividade por natureza de intangível

Natureza do intangível	Quantidade	Representatividade	Média Evidenciação
Identificável	293	99,32%	61,43%
<i>Goodwill</i>	122	41,35%	58,68%

Fonte: Elaborados pelos autores.

Como é possível observar na Tabela 7, das 295 empresas da amostra 293 apresentaram intangível de natureza identificável, sendo esta quantidade superior ao *goodwill* que se fez presente em 122 companhias. Com isto, a média de representatividade de ambos dispõe de uma diferença significativa de 57,97%, o que mostra que a maior parte do intangível das companhias da amostra é composta por intangíveis identificáveis.

Por outro lado, a média de evidenciação de ambos apresenta uma diferença irrelevante, no qual os intangíveis identificáveis apresentaram um percentual de 61,43% e o *goodwill* 58,68%. Apesar das companhias da amostra não apresentarem média de evidenciação igual ou próxima de 100%, os resultados demonstram que, com base na lista de verificação, foram divulgadas mais da metade das características exigidas pelas normas pertinentes, o que pode indicar um esforço para cumprir as exigências dos órgãos reguladores, no qual Dionizio (2016) apontou em seu estudo. Contudo, ressalta-se que as companhias ainda precisam melhorar para atender plenamente as determinações do CPC 04 (R1) e do CPC 15 (R1), relativas aos ativos identificáveis e *goodwill*, respectivamente.

A Tabela 8 demonstra a média dos valores por natureza do ativo intangível, permitindo observar a média de valores observada nos intangíveis identificáveis e no *goodwill*.

Tabela 8 – Média de valores por natureza do intangível

Natureza (tipo)	Quantidade Empresas	Média Valores (Em milhares de reais)
Identificável	293	587.554
<i>Goodwill</i>	122	1.535.355

Fonte: Elaborado pelos autores.

As empresas detentoras de intangível de natureza identificável, presentes em 293 companhias da amostra, possui uma média de valores de R\$587.554. Já o *goodwill* que está presente em uma parcela menor da amostra, 122 empresas, possui como média o valor de R\$1.535.355. Percebe-se que mesmo estando presente em uma quantidade menor de empresas da amostra, o valor médio do *goodwill* é superior ao dos intangíveis identificáveis. Isto pode ter relação com os altos valores envolvidos nas combinações de negócios, como exemplo verificado nesta pesquisa, o valor mais expressivo de ágio na expectativa de rentabilidade futura está presente na empresa Quality Softwares S.A, que apresenta um montante R\$36.322.224.

A este respeito, a pesquisa de Souza (2015), que analisou o período entre 2010 e 2013, constatou que a maior parte do excesso dos valores pagos em relação ao valor do Patrimônio Líquido da adquirida ao seu valor justo (*fair value*) são alocados ao *goodwill*, poucas companhias conseguem identificar intangíveis passíveis de reconhecimento individual, o que faz com que a maior parcela integre o *goodwill*. Resultados semelhantes também foram observados por Pacheco



100% ON-LINE

A Contabilidade e as
Novas Tecnologias10º Congresso UFSC de Controladoria e Finanças
10º Congresso UFSC de Iniciação Científica em Contabilidade
3º UFSC International Accounting Congress

7 a 9 de setembro



e Rover (2019) no período de 2010 a 2017, no qual o *goodwill* demonstrou maior relevância em todos os anos analisados.

Quando o intangível é evidenciado nas empresas dos setores da B3, ele faz parte do ativo total, e para verificar sua representatividade por natureza (identificável ou *goodwill*) foi elaborada a Tabela 9.

Tabela 9 – Representatividade por natureza de intangível sobre o ativo total

Natureza (tipo)	Quantidade Empresas	Média de Representatividade
Identificável	293	12,28%
<i>Goodwill</i>	122	10,08%

Fonte: Elaborado pelos autores.

É possível verificar na Tabela 9 que a média geral de representatividade dos intangíveis sobre o ativo total ainda é muito baixa, sendo que a porcentagem chega a 12,28% para os ativos identificáveis e 10,08% para o *goodwill*. Pode-se notar que, mesmo com uma média de evidenciação acima dos 50% a representatividade dos intangíveis desta natureza dentro deste contexto geral, em média, ainda é relativamente baixa.

Cada empresa analisada possui um histórico de intangíveis, no qual está exposto através da Tabela 10, que também demonstra sua natureza detalhada, a representatividade deles em relação ao total da amostra (do maior para o menor), além da média de valores destes bens incorpóreos.

Tabela 10 – Tipos de intangíveis identificados na pesquisa

Natureza detalhada (tipo)	Quantidade	Representatividade na amostra	Média Valor (em milhares de reais)	Total
<i>Softwares</i>	134	45%	97.672	13.088.099
Ágio (<i>goodwill</i>)	122	41%	1.775.973	213.116.721
Marcas, patentes e outros	97	33%	299.982	29.098.284
Direito de concessão	61	21%	3.984.431	243.050.338
Ativo direito de uso	51	17%	214.517	10.940.416
Pesquisa e Desenvolvimento	42	14%	166.765	7.004.121
Carteira de clientes	26	9%	198.041	5.149.059
Programas e Sistemas	25	8%	497.615	12.440.363
Direito de uso diversos	22	7%	236.749	5.208.495
Fundo de comércio	20	7%	52.349	1.046.988
Licenças Diversas	21	7%	207.217	4.351.565
Relacionamento com cliente	19	6%	403.120	7.659.287
Contratos Diversos	18	6%	1.753.226	31.558.071
Acordo de não concorrência	10	3%	8.630	86.304
Direito de exploração	10	3%	13.160.343	18.433.934
Pontos comerciais	8	3%	37.425	299.402
Cessão de uso	7	2%	24.880	174.160
Ativo contratual	6	2%	514.837	3.089.024
Projetos	6	2%	2.053.890	12.323.338
Tecnologia	6	2%	30.853	185.120
Bônus de assinatura	2	1%	106.145	212.290

Fonte: Elaborado pelos autores.



100% ON-LINE

A Contabilidade e as
Novas Tecnologias

10º Congresso UFSC de Controladoria e Finanças
10º Congresso UFSC de Iniciação Científica em Contabilidade
3º UFSC International Accounting Congress

7 a 9 de setembro



A Tabela 10 apresenta os tipos mais relevantes de intangíveis encontrados nas empresas analisadas, nas quais foram observados em maior número os seguintes intangíveis: i) *Softwares* estão presentes em 45% da amostra, com uma média de valor de R\$97.672; ii) *Ágio (goodwill)*, presente em 122 empresas (41%), com uma média de R\$1.775.973; iii) *Marcas, patentes e Outros*, sendo evidenciados em 97 organizações, representando 33%, com um valor médio de R\$299.982.

Analisando a Tabela 10 pelo seu valor total, a natureza detalhada do tipo Direito de concessão (R\$243.050.338) tem seu total com maior relevância, no qual é encontrado em 61 empresas. Em contrapartida, o grupo Acordo de não concorrência e Cessão de Uso são menos representativos.

O fato de os *softwares* representarem o maior número verificado por natureza é condizente com os setores em que foram verificadas as maiores médias por valores os quais encontram-se comunicações e tecnologia da informação. A este respeito, Pacheco e Rover (2019) observam que cada empresa possui itens variados de intangíveis em seus setores, no qual sempre algum tipo irá se destacar em relação ao outro podendo ser explicado pela atividade principal da organização. O mesmo aconteceu nesta pesquisa, no qual a representatividade da natureza do intangível variou de acordo com o ramo do setor de atuação.

5 CONCLUSÕES

Percebeu-se que das 414 empresas brasileiras com capital aberto 295 possuem bens incorpóreos reconhecidos em seus ativos, isso demonstra uma tendência no reconhecimento e evidenciação dos intangíveis em suas demonstrações, confirmando os resultados encontrados por Moura, *et al.* (2012). Este aumento na divulgação é de relevante importância para essas organizações pois, muitos investidores estão mudando sua forma de avaliar, não olhando apenas para os bens corpóreos.

Apesar deste aumento na divulgação dos intangíveis e na mudança de comportamento dos investidores, a representatividade deste grupo ainda é relativamente baixa quando comparada com o ativo total. A principal objeção encontrada nas notas explicativas foi a falta de informação expostas pelas organizações além de dados que não eram divulgados por completo refletindo significativamente na baixa representatividade dos intangíveis sobre o ativo total. Foi verificada uma representatividade geral média de 12,28% para os intangíveis identificáveis e 10,08% para o *goodwill*.

No geral, a evidenciação dos ativos intangíveis chegou a uma porcentagem de 61,43% para os ativos intangíveis identificáveis e 58,68% para os *goodwill*. Estes resultados representam um nível de evidenciação um pouco acima da média, se considerar que menos da metade da amostra tinham registrados em seu ativo intangível o *goodwill*. Com isto, reforça os resultados apontados por Dionizio (2016), no qual foi apontado que as empresas estão buscando se adequar as normas exigidas.

Contudo, ainda observa-se problemas na divulgação das informações sobre os intangíveis, foi possível verificar que nenhuma empresa apresentou todos os quesitos solicitados pelos pronunciamentos contábeis pertinentes, porém todas expuseram um pouco acima da metade, estando de acordo com o mesmo desfecho encontrado em pesquisa realizada por Pinto *et al.* (2019), sugerindo que as companhias ainda precisam melhorar para atender plenamente as normas de contabilidade.



100% ON-LINE

A Contabilidade e as
Novas Tecnologias

10º Congresso UFSC de Controladoria e Finanças
10º Congresso UFSC de Iniciação Científica em Contabilidade
3º UFSC International Accounting Congress

7 a 9 de setembro



Referente a natureza dos intangíveis, os identificáveis que tiveram uma maior repercussão dentre as companhias analisadas foram os *softwares*, sua ocorrência foi constatada em 45% da amostra. Outro tipo com grande representatividade dentre as companhias foi o *goodwill* presentes em 41% das organizações, o que confirma os resultados encontrados por Souza (2015) e Pacheco e Rover (2019).

Vale salientar que os resultados desta pesquisa se limitam a amostra e período analisados, não podendo ser generalizados para outras empresas ou períodos diferentes. Neste contexto, dado a relevância do tema em questão e ao fato de que as empresas não apresentaram um nível de evidenciação adequado a todos os itens exigidos pelo CPC 04 (R1) e CPC 15 (R1), como sugestão para pesquisas futuras, poderia ser realizada uma análise estatística de um período mais amplo de tempo para comparabilidade com relação a evolução da evidenciação das companhias.

REFERÊNCIAS

- Alves, C. S., Behr, A. & Raimundini, S. L. (2012, agosto). Mensuração e Evidenciação de Ativos Intangíveis em Demonstrações Contábeis: O Estudo de Caso em um Clube de Futebol Brasileiro. *Revista Catarinense da Ciência Contábil*, 11 (32), 09-25.
- Antunes, M. T. P., Leite, R. S. & Guerra, L. F. (2007). Divulgação das informações sobre ativos intangíveis e sua utilidade para avaliação de investimentos: um estudo exploratório baseado na percepção dos analistas de investimentos. *Anais do Congresso USP de Iniciação Científica em Contabilidade*, São Paulo, SP, Brasil.
- Avelino, B. C., Pinheiro, L. E. T. & Lamounier, W. M. (2012). Evidenciação de ativos intangíveis: estudo empírico em companhias abertas. *Revista de Contabilidade e Organizações*, 6 (14), 22-45.
- Belo, N. M. & Brasil, H. G. (2006). Assimetria informacional e eficiência semiforte do mercado. *Revista de Administração de Empresas*, 46 (SPE), 48-57.
- D'agosto, M. (2019). *Valor Investe: XP, BTG e aumento da importância dos ativos intangíveis*. Recuperado em 30 novembro, 2019, de <https://www.valor.com.br/valor-investe/o-consultor-financeiro/6132905/xp-btg-e-aumento-da-importancia-dos-ativos-intangiveis>
- Dionízio, C. L. D. R. (2016). *Evidenciação dos ativos intangíveis de empresas brasileiras listadas na BM&FBOVESPA a luz do CPC 04 (R1)*. Trabalho de Conclusão de Curso, Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Paraná, Brasil.
- Gil, A. C. (2002). *Como elaborar projetos de pesquisa* (4a. ed.). São Paulo: Atlas.
- Hendriksen, E. S; Van Breda, M. F. (2009) *Teoria da Contabilidade* (5a. ed.). São Paulo: Editora Atlas.
- Iudícibus, S. (1997). *Teoria da contabilidade* (5a ed.). São Paulo: Editora Atlas.
- Iudícibus, S. (2000). *Teoria da contabilidade* (6a ed.). São Paulo: Editora Atlas.



100% ON-LINE

A Contabilidade e as
Novas Tecnologias

10º Congresso UFSC de Controladoria e Finanças
10º Congresso UFSC de Iniciação Científica em Contabilidade
3º UFSC International Accounting Congress

7 a 9 de setembro



- Iudícibus, S.; Martins, E.; Gelbcke, E. R.(2008). *Manual de contabilidade das sociedades por ações: aplicável às demais sociedades*. São Paulo: Editora Atlas.
- Kayo, E. K. (2002). *A estrutura de capital e o risco das empresas tangível e intangível-intensivas: uma contribuição ao estudo da valoração de empresas*. Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil.
- Kayo, E. K., Kimura, H., Martin, D. M. L.& Nakamura, W. T. (2006, setembro). Ativos intangíveis, ciclo de vida e criação de valor. *Revista de Administração Contemporânea*, 10 (3), 73-90.
- Lev, B. (2001). *Intangibles: management and reporting*. Washington: Brookings.
- Marques, J. A. V. C., Santos, R. F. D. & Gouveia, V. A. L. (2011). Análise da evidenciação do ativo intangível nas demonstrações contábeis. *Pensar Contábil*, 13 (52), 45-54.
- Martinez, A. L. (2013). Gerenciamento de resultados no Brasil: um *survey* da literatura. *Brazilian Business Review*, 10 (4), 1-31.
- Malacrida, M. J. C. & Yamamoto, M. M.(2006). Governança corporativa: nível de evidenciação das informações e sua relação com a volatilidade das ações do Ibovespa. *Revista Contabilidade & Finanças*, 17 (SPE), 65-79.
- Malaquias, R. F.& Lemes, S.(2013). *Disclosure* de instrumentos financeiros segundo as normas internacionais de contabilidade: evidências empíricas de empresas brasileiras. *Brazilian Business Review*, 10 (3), 85-112.
- Marcelino, M & Souza, M. M. (2018). Subvenções Governamentais: uma análise da relação entre o nível de evidenciação e as características das companhias de capital aberto brasileiras. *Revista Eletrônica do Alto Vale do Itajaí*, 7 (11), 01-09.
- Meneses, A. F., Ponte, V. M. R.& Mapurunga, P. V. R. (2013). Determinantes do nível de *disclosure* de ativos intangíveis em empresas brasileiras. *Revista de Administração e Contabilidade da UNISINOS*, 10 (2), 142-153.
- Moura, G. D., Fank, O. L. & Varela, P. S. (2012) Evidenciação dos ativos intangíveis pelas empresas do setor de energia elétrica listadas na BM&FBovespa. *Contabilidade, Gestão e Governança*, 15 (1), 17-32.
- Pacheco, J., Rover, S. & Vicente, E. F. R. (2018). 'Value Relevance' do Nível de Evidenciação do Ativo Intangível nas Companhias de Capital Aberto Brasileiras. *Revista Contemporânea de Contabilidade*, 15 (37), 178-199.
- Pacheco, J. & Rover, S.(2019). *Relevância dos ativos intangíveis das companhias de capital aberto brasileiras para o mercado acionário*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Santa Catarina, Brasil.
- Perez, M. M. & Famá, R. (2006). Ativos intangíveis e o desempenho empresarial. *Revista Contabilidade & Finanças*, 17 (40), 7-24.
- Pinto, M. J. T., Santos, T. A., Vitor, H. L., Santos, T. O & Silva, G. P. (2019). O Nível de Evidenciação do Ativo Intangível após a Adoção das IFRS: Estudo em Organizações da B3 e



100% ON-LINE

A Contabilidade e as
Novas Tecnologias

10º Congresso UFSC de Controladoria e Finanças
10º Congresso UFSC de Iniciação Científica em Contabilidade
3º UFSC International Accounting Congress

7 a 9 de setembro



EURONEXT-LISBOA. *Revista Eletrônica do Departamento de Ciências Contábeis & Departamento de Atuária e Métodos Quantitativos*, 6 (1), 60-84. Recuperado em 16 fevereiro, 2020, de <https://revistas.pucsp.br/redeca/article/view/41966>

Ponte, V. M. R. & Oliveira, M. C. (2004). A prática da evidenciação de informações avançadas e não obrigatórias nas demonstrações contábeis das empresas brasileiras. *Revista Contabilidade & Finanças*, 15 (36), 7-20. Recuperado em 14 fevereiro, 2020, de http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-70772004000300001&lng=pt&nrm=iso

Pronunciamento Técnico CPC 04 R1, de 05 de novembro de 2010. Ativo intangível. Brasília, DF: Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Recuperado em 03 novembro, 2019, de <http://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos/Pronunciamento?Id=35>

Pronunciamento Técnico CPC 15 R1, de 03 de junho de 2011. Combinação de Negócios. Brasília, DF: Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Recuperado em: 10 fevereiro, 2020, de <http://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos/Pronunciamento?Id=46>

Ritta, C. O. (2010). *Evidenciação Contábil de Ativos Intangíveis: um estudo nas empresas brasileiras pertencentes ao Índice Bovespa nos anos de 2006, 2007 e 2008*. 2010. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Santa Catarina, Brasil.

Souza Filho, E. A., Albuquerque, J. R., Anjos, L. C. M. D. & Rodrigues, R. N. Assimetria Informacional no Mercado de Capitais do Brasil: Os Relatórios Contábeis São Capazes de Reduzir o Risco de Investimento? *Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ*, 22 (2), 39-53.

Souza, M. M. & Borba, J. A. (2017). *Value Relevance do Nível de Disclosure das Combinações de Negócios e do Goodwill Reconhecido nas Companhias de Capital Aberto Brasileiras*. *Revista Contabilidade & Finanças*, 28 (73), 77-92.

Souza, M. M. (2015). *Value relevance do nível de disclosure das combinações de negócios e do goodwill reconhecido nas empresas brasileiras*. Tese de Doutorado, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Santa Catarina, Brasil.

Squena, R. & Pasuch, D. F. (2010) *Goodwill: sua definição e relevância para a área contábil*. *Revista Gestão Organizacional*, 3 (1), 44-57.

Upton, W. S. (2001). *Business and Financial Reporting, Challenges from the New Economy. Financial Accounting Series – Special Report*. FASB. USA. Recuperado em: 15 novembro, 2019, de https://www.fasb.org/articles&reports/sr_new_economy.pdf

Viceconti, P. & Neves, S. (2013). *Contabilidade básica* (16a ed.). São Paulo: Editora Saraiva.